Processo nº 590/2008

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. “A MACAU – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, S.A.R.L. (A 工程組織管理股份有限公司)”, “B – COMPANHIA DE ENGENHARIA E INVESTIMENTO – TRATAMENTO DE ÁGUAS, LIMITADA (B 工程有限公司)”, e “C MACAU – ADMINISTRAÇÃO TRATAMENTO DE RESÍDUOS, LIMITADA (C 處理有限公司)”, inconformadas com a decisão proferida pelo Mmº Juiz de Instrução Criminal que indeferiu a impugnação que

apresentaram a buscas e apreensões de que foram alvo, da mesma vieram recorrer para este T.S.I..

Em sede de motivação do recurso, oferecem as conclusões seguintes:

- “1. Na sequência das buscas e apreensões promovidas pelo CCAC a 25 de Outubro de 2007 nas moradas constantes dos autos e que constituem sede de algumas das sociedades Recorrentes, bem como de outras do mesmo grupo, e arquivo de documentação de todas elas, foi pelos Recorrentes apresentada impugnação;*
- 2. No dia em causa, os investigadores que promoveram às referidas buscas, apresentaram-se com a sua identificação colocada de forma a ocultar a sua identidade e impedindo que os sujeitos que se encontravam nos locais alvo das diligências, verificassem da sua legitimidade para as promover;*
- 3. Os mandados de busca apresentados são totalmente omissos no que diz respeito aos seus fundamentos, âmbito, limites ou identidade dos visados, o que reveste de particular gravidade nos presentes autos, uma vez que os locais alvo de buscas correspondem à sede de dezenas de sociedades comerciais, e local*

de trabalho de dezenas de funcionários;

4. *Pelo que atendendo a doutrina e jurisprudência pacíficas, e considerando que o objectivo do imperativo legal que obriga à apresentação prévia do mandado à pessoa que tenha a disponibilidade do local, é que esta possa reagir à diligência ou fazer-se acompanhar ou assistir de pessoa da sua confiança, os direitos das pessoas que foram submetidas à presente diligência, e pelos quais é competência do CCAC zelar nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 1 4) da Lei 10/2000 de 7 de Agosto, foram altamente prejudicados e lesados ao serem submetidas a uma busca cujo fundamento ou objectivo desconheciam;*
5. *Dispondo o artigo 163.º do CPP que só podem ser apreendidos bens que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime ou que constituam o seu produto, lucro, preço ou recompensa ou que possam servir de prova, resulta dos presentes autos que destas buscas resultou a apreensão arbitrária e ilegal de documentos pertencentes às sociedades Recorrentes, a outras sociedades do grupo e até mesmo documentos pessoais dos seus administradores;*
6. *Ao que acresce que foram apreendidos bens insusceptíveis de*

apreensão, como sendo, dois computadores pessoais de administradores de algumas das sociedades, contendo informação confidencial e privilegiada relacionada com questões médicas e religiosas, em violação do disposto nos artigos 25.º, 27.º, 30.º e 34.º da Lei básica;

- 7. Sendo que estes computadores pessoais foram apreendidos sem que fossem realizadas cópias de segurança, de forma a garantir que apenas a informação relevante fosse apreendida e permitindo que os seus proprietários pudessem continuar a dispor dos seus computadores e da informação confidencial que deles consta;*
- 8. E até mesmo correspondência electrónica trocada com os advogados das sociedades, conforme resulta dos documentos que ora se juntam ao abrigo do disposto no artigo 451.º e artigo 616.º do CPC, aplicável por força do disposto no artigo 4.º do CPP, por só agora a sua junção se mostrar relevante e assumir primordial importância;*
- 9. A apreensão de documentos desta natureza determina, por si só, a nulidade de todo o procedimento e apreensões realizadas ao abrigo do artigo 164.º, n.º 2 do CPP;*
- 10. As diligências em causa que, conforme resulta demonstrado, foram*

conduzidas ao arrepio dos dispositivos legais e princípios gerais de direito, em prejuízo dos direitos fundamentais dos Recorrentes, seus funcionários e demais sociedades sediadas naqueles locais, culminaram com a apreensão aleatória de documentos, sem que as sociedades lesadas ou os seus administradores ficassem salvaguardados quanto à identidade dos documentos apreendidos através da realização da listagem dos bens apreendidos ou selagem dos mesmos, de forma a garantir a sua integridade para o futuro;

- 11. Nos termos conjugados do disposto no artigo 163.º, n.º 2 e artigo 168.º, n.º 2 do CPP, os bens apreendidos deveriam constar de auto entregue à pessoa que detinha a disponibilidade do local aquando da realização da diligência;*
- 12. Ou, em alternativa, deveriam ter sido apostos selos que garantissem a integridade dos documentos apreendidos, até que fossem realizadas as correspondentes listagens, conforme previsto pelo artigo 169.º do CPP;*
- 13. Ao invés, nos presentes autos, o único registo dos documentos apreendidos são reproduções fotográficas recolhidas pelo CCAC e pelos Recorrentes ao conjunto dos documentos apreendidos, aos*

caixotes e sacos em que foram transportados, que não permitem a identificação dos documentos em causa;

- 14. Apenas cerca de três meses mais tarde foi elaborada uma listagem dos documentos apreendidos, sendo indicados os documentos que foram posteriormente devolvidos aos Recorrentes;*
- 15. A forma como todo o procedimento foi conduzido e concluído não permite aos Recorrentes a segurança de que aqueles são efectivamente os documentos que foram apreendidos;*
- 16. Ao que acresce que, ainda que tenham sido devolvidos alguns dos documentos apreendidos, esta devolução acontece com grave prejuízo para o funcionamento das Recorrentes, que durante cerca de três meses se viram indevidamente privadas do uso dos mesmos, e ao arrepio do disposto no artigo 171.º do CPP, que determina que os bens apreendidos devem ser restituídos assim que revelem desnecessários para efeitos de prova;*
- 17. Resultando de todo o exposto a forma arbitrária e ilegal como foram conduzidas e concluídas as diligências e subsequente procedimento do CCAC, com grave prejuízo para as Recorrentes e demais sociedades do grupo, e em desrespeito pelos mais elementares direitos fundamentais;*

18. *Pelo que se requer a revogação do despacho que reconhece a validade das buscas e apreensões efectuadas, declarando-se a sua nulidade e ordenando-se a restituição de todos os bens apreendidos, garantindo-se, desta forma, a realização da JUSTIÇA.*”; (cfr., fls. 172 a 186).

*

Respondendo, considera o Exm^o Magistrado do Ministério Público que se deve julgar improcedente o recurso; (cfr., fls. 190 a 193).

*

Neste T.S.I., emitiu o Ilustre Procurador-Adjunto o seguinte douto Parecer:

“Os recorrentes reproduzem, em termos essenciais, a argumentação já aduzida perante o Mmo. Juiz "a quo".

E afigura-se-nos incontroversa, de facto, a bondade da decisão recorrida.

Daí que não possamos deixar de sufragá-la.

É insubsistente, desde logo, a crítica relacionada com a identificação dos investigadores do CCAC.

Basta atentar, para tanto, na informação de fls. 30 e segs., sendo que o depoimento de fls. 40 aponta, sintomaticamente, em sentido convergente.

O conteúdo dos mandados de busca, por outro lado, não merece qualquer reparo.

E não podemos, a propósito, deixar de louvar-nos nas judiciosas considerações do despacho impugnado.

Falar, no caso, em mandados" em branco" não passa de um exercício de ficção.

No que tange aos autos de apreensão, por seu turno, há que ter em atenção, do mesmo modo, a referida informação.

E a conclusão só pode ser a de que tais autos foram lavrados nos termos legais, tendo-se verificado, oportunamente, a restituição de parte dos objectos apreendidos.

É descabida, igualmente, a asserção de que "foram apreendidos bens insusceptíveis de apreensão" .

Quanto a dados médicos e religiosos, nomeadamente, deve ter-se em conta a informação de fls. 91.

E o mesmo se tem de dizer, também, da pretensa "correspondência entre o arguido e o seu defensor" .

Os documentos juntos com a motivação, na verdade, nada tem a ver com a protecção prevista no n.º. 2 do art. 164º do C. P. Penal, conexionada com as respectivas garantias de defesa.

Trata-se, naturalmente, de um equívoco dos recorrentes.

Deve, pelo exposto, o recurso ser julgado improcedente”; (cfr., fls. 210 a 212).

*

Nada obstante, passa-se a decidir.

Fundamentação

2. Tem a decisão recorrida o teor seguinte:

- “1. *A MACAU – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SARL (A 工程組織管理股份有限公司),*
2. *B – COMPANHIA DE ENGENHARIA E INVESTIMENTO-TRATAMENTO DE ÁGUAS, LIMITADA (B 工程有限公司),*

3. *C MACAU – ADMINISTRAÇÃO TRATAMENTO DE RESÍDUOS, LIMITADA (C 處理有限公司), e*

4. *D,*

indicam que são nulos nos termos dos artigos 106.º e 107.º do CPPM a respectiva busca e a apreensão efectuadas pelo CCAC em 25 de Outubro de 2007 na Avenida XXX, n.º XXX, Edifício Comercial XXX, XXX.º andar A, B, C, Macau, Avenida XXX, sem número, ETAR da Taipa, Taipa, Rua do Dr. Pedro José Lobo, n.ºs XXX, Edifício da XXX, XXX.º andar C, Macau e Avenida XXX, n.º XXX, Edifício Industrial XXX, XXX.º andar H, Macau.

O Ministério Público deu o seu parecer, o qual consta de fls. 93.

O CCAC elaborou o relatório constante de fls. 30-35.

São os seguintes o conteúdo principal da impugnação:

- 1) Durante a busca, os investigadores do CCAC não mostraram a sua identidade, até viraram os seus cartões para dentro;*
- 2) Faltavam no mandado de busca a identidade das respectivas pessoas alvos da diligência, o âmbito da busca e apreensão e os seus respectivos fundamentos;*
- 3) Foram apreendidas as cartas entre os intervenientes e os seus*

advogados, bem como uns materiais religiosos, os quais não foram selados até a conclusão do respectivo auto de apreensão, nem este auto foi elaborado em tempo.

Segundo os dados constantes dos autos, a “ordem de busca e apreensão” foi assinada pelo Comissário contra a Corrupção e pelo Comissariado Interino (fls. 12-15).

Nos termos do artigo 159.º, n.º 3 do CPPM, as revistas e as buscas são autorizadas ou ordenadas por despacho da autoridade judiciária competente, devendo esta, sempre que possível, presidir à diligência.

Dispõe o artigo 11.º da Lei n.º 10/2000 o seguinte:

3. Relativamente aos actos processuais penais que cabem na sua competência, o Comissário contra a Corrupção e os seus adjuntos gozam do estatuto de autoridade de polícia criminal.

4. O inquérito dirigido pelo Comissário contra a Corrupção compreende todos os actos e diligências processuais que, nos termos da legislação processual penal, cabem na competência das autoridades e órgãos de polícia criminal e as revistas, buscas e apreensões que, nos termos da legislação processual penal, cabem na competência do Ministério Público.

Segundo os dados constantes dos autos, a “ordem da busca e

apreensão” foi assinada pelo Comissário contra a Corrupção e pelo Comissariado Interino (fls. 12-15), pelo que, de acordo com as disposições legais acima referidas, a busca é situação prevista no n.º 3 do artigo 159.º do CPPM.

De acordo com o n.º 1 do artigo 163 do CPPM, são apreendidos os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime, os que constituírem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, e bem assim todos os objectos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros susceptíveis de servir a prova.

E o n.º 3 do mesmo artigo: as apreensões são autorizadas, ordenadas ou validadas por despacho da autoridade judiciária.

A respectiva apreensão foi ordenada pelo Comissário contra a Corrupção e Comissariado Interino, os quais, nos termos do artigo 11.º, n.º 4 da Lei n.º 10/2000, têm competência para o fazer.

Nos termos do n.º 6 do artigo 163.º do CPPM, a apreensão que for autorizada, ordenada ou validada pelo Ministério Público é impugnável, no prazo de 5 dias (que nos termos do artigo 6.º, n.º 2 do DL n.º 55/99/M

de 8 de Outubro, passa a ser 10 dias agora), perante o juiz de instrução.

Conforme o n.º 7 do artigo 163.º do CPPM, a impugnação referida no número anterior é deduzida em separado, com efeito meramente devolutivo.

Ora vem analisar e decidir sobre a questão concreta invocada pelos impugnantes:

- 1. Quanto à questão de cartão dos funcionários do CCAC, segundo o relatório do CCAC, durante a referida diligência, todos os funcionários levaram ao pescoço os cartões de serviço, sendo os mesmos virados para fora, mas não para dentro. Segundo os elementos constantes dos autos, **D** referiu que os funcionários chegaram a mostrar a respectiva ordem da busca e declararam ser funcionários do CCAC.*
- 2. Em relação à busca, dispõe o artigo 159.º, n.º 2 do CPPM: quando houver indícios de que os objectos referidos no número anterior, ou o arguido ou outra pessoa que deva ser detida, se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, é ordenada busca. Mencionou-se na respectiva ordem da busca o fim desta diligência: para a investigação dum crime de corrupção activa previsto no artigo 339.º, n.º 1 do CPM, o local da busca e a respectiva ordem:*

“apreender qualquer objecto, documento, instrumento e outro material favorável à investigação, salvo os que só podem ser apreendidos sob autorização do Juiz”. Foi ainda indicada que “a pessoa que tiver a disponibilidade do lugar em que a diligência se realiza pode assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa da sua confiança e que se apresente sem delonga.” (fls. 12-15 dos autos). De acordo com o artigo 161.º do CPPM, “1. Antes de se proceder a busca é entregue, salvo nos casos do n.º 4 do artigo 159.º, a quem tiver a disponibilidade do lugar em que a diligência se realiza, cópia do despacho que a determinou, na qual se faz menção de que pode assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa da sua confiança e que se apresente sem delonga. 2. Faltando as pessoas referidas no número anterior, a cópia é, sempre que possível, entregue a um parente, a um vizinho, ao porteiro ou a alguém que o substitua...”. A lei não estipulou que no despacho que determinou a busca se deve fazer menção da identidade da pessoa alvo da busca. Pelo que, entende este juízo que a respectiva ordem da busca preenche as disposições legais.

3. No que respeita às cartas entre os respectivos arguidos e os defensores, segundo o relatório do CCAC, não se detectou nos artigos

apreendidos qualquer carta entre os arguidos e os defensores (fls. 34 dos autos).

- 4. Relativamente aos documentos religiosos e médicos, os impugnantes indicaram que no computador portátil do Sr. D, é capaz que haver dados religiosos. Porém segundo o processo, em 26 de Outubro de 2007, o Sr. D confirmou que jamais havia no seu computador qualquer documento pessoal religioso ou médico (fls. 91).*
- 5. Quanto à selagem dos objectos apreendidos, dispõe o artigo 169.º do CPPM o seguinte: sempre que possível, os objectos apreendidos são selados; ao levantamento dos selos assistem, sendo possível, as mesmas pessoas que tiverem estado presentes na sua aposição, as quais verificam se os selos não foram violados nem foi feita qualquer alteração nos objectos apreendidos.*

No que diz respeito ao auto de apreensão, o CCAC não elaborou a lista dos objectos apreendidos por entender que precisava tempo para os arrumar, o que prolongava a permanência dos investigadores em lugar onde se realizou a diligência, e que afectava a liberdade dos intervenientes (fls. 34 dos autos). A lei não impõe expressamente que o auto de apreensão seja feita de imediato. Segundo os dados constantes dos autos, o CCAC já elaborou o respectivo auto de apreensão (fls. 123,

125, 127 e 129 dos autos) e a lista (fls. 146 e seguintes), e que o CCAC já restituiu parte dos objectos apreendidos (fls. 144, 148, 150, 151, 152 e 154). Face ao exposto, não há nulidade ou violação de leis em relação ao respectivo auto de apreensão.

Por outro lado, dispõe o artigo 158.º do CPPM o seguinte:

“1. A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes podem determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do exame e obrigar, com o auxílio da força pública, se necessário, as que pretenderem afastar-se a que nele se conservem enquanto o exame não terminar e a sua presença for indispensável.

2. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do art.º 156.º”.

E o artigo 156.º do CPPM:

“1. Por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas, inspeccionam-se os vestígios que possa ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido.

2. Logo que houver notícia da prática de crime, providencia-se para evitar, quando possível, que os seus vestígios se apaguem ou alterem antes de serem examinados, proibindo-se, se necessário, a entrada ou o trânsito de pessoas estranhas no local do crime ou quaisquer outros

actos que possam prejudicar a descoberta da verdade.

3.

4.”

Os impugnantes referiram ainda que eles obrigaram-se a desligar o telemóvel durante a busca, porém, de acordo com o relatório do CCAC, isto não obstou a que eles obtivessem o apoio dos advogados, por exemplo, notificar os advogados para eles chegarem, pelo que, o mesmo não influencia a validade da busca e apreensão.

Pelo exposto, não existindo situações de nulidade e de violação de leis, são rejeitados os pedidos constantes da impugnação.

(...)”; (cfr., fls. 157 a 160 e 201 a 208).

3. Insurgindo contra a decisão que se deixou transcrita, colocam as recorrentes as questões seguintes:

- ocultação de identidade dos investigadores que efectuaram as buscas;
- falta de exposição nos mandados de busca dos seus fundamentos, âmbito, limites ou identidade dos visados;
- apreensão arbitrária e ilegal de documentos pertencentes às recorrentes;

- omissão de listagem dos bens apreendidos; e,
- prejuízo causado às mesmas recorrentes.

Identificadas que estão as questões a apreciar, vejamos se tem razão.

— Quanto à ocultação da identidade dos investigadores que efectuaram as buscas.

Dizem as recorrentes que “*os investigadores que promoveram às referidas buscas, apresentaram-se com a sua identificação colocada de forma a ocultar a sua identidade e impedindo que os sujeitos que se encontravam nos locais alvo das diligências, verificassem da sua legitimidade para as promover*”; (concl. 2.^a).

Porém, laboram em equívoco.

De facto, como se afirmou na decisão recorrida, (e assim demonstram os autos; cfr., fls. 30 e segs. e 40), “*durante a referida diligência, todos os funcionários levaram ao pescoço os cartões de*

serviço, sendo os mesmos virados para fora, mas não para dentro. Segundo os elementos constantes dos autos, D referiu que os funcionários chegaram a mostrar a respectiva ordem da busca e declararam ser funcionários do CCAC.”

— Quanto ao teor dos mandados de busca.

Também aqui nos parece que complexa não é a solução a dar, pois que as recorrentes vem reeditar os argumentos apresentados em sede da impugnação que deduziram, certo sendo que os mesmos se nos afiguram adequadamente apreciados na decisão recorrida.

De facto, alegam as recorrentes que “*Os mandados de busca apresentados são totalmente omissos no que diz respeito aos seus fundamentos, âmbito, limites ou identidade dos visados*”; (concl. 3.^a).

Porém, como se pode ler na decisão recorrida, “*Mencionou-se na respectiva ordem da busca o fim desta diligência: para a investigação dum crime de corrupção activa previsto no artigo 339.º, n.º 1 do CPM, o local da busca e a respectiva ordem: “apreender qualquer objecto,*

documento, instrumento e outro material favorável à investigação, salvo os que só podem ser apreendidos sob autorização do Juiz”. Foi ainda indicada que “a pessoa que tiver a disponibilidade do lugar em que a diligência se realiza pode assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa da sua confiança e que se apresente sem delonga.” (fls. 12-15 dos autos)”.

Perante isto, e atento o preceituado na art. 161º do C.P.P.M. que regula as “formalidades da busca”, também aqui não nos parece que às ora recorrentes se possa reconhecer razão.

— Quanto à apreensão arbitrária e ilegal de documentos.

Aqui, referem-se as recorrentes aos seguintes documentos: “documentos contendo informação confidencial e privilegiada relacionada com questões médicas e religiosas” e “correspondência electrónica trocada com advogados das sociedades”.

Ora, ponderando na decisão recorrida, motivos também não vemos para, na parte em questão, se julgar procedente o presentes recurso.

Na verdade, e quanto aos primeiros, como se escreveu na decisão ora recorrida, “*em 26 de Outubro de 2007, o Sr. D confirmou que jamais havia no seu computador qualquer documento pessoal religioso ou médico (fls. 91).*”

Por sua vez, e no que tange aos segundos, entendeu-se também que “*não se detectou nos artigos apreendidos qualquer carta entre os arguidos e os defensores (fls. 34 dos autos).*”.

É verdade que com a sua motivação de recurso juntaram as ora recorrentes dois documentos, (cfr., fls. 187 a 188), tentando contrariar o que se entendeu.

Porém, (e ainda que se admita que tais documentos foram apreendidos), não se deixa de assinalar que, em nosso entendimento, a referência feita no art. 164º, nº 2 do C.P.P.M. à “correspondência entre o arguido e o seu defensor” tem de ser entendida como “correspondência relevante para a matéria do processo”, e que, eventualmente, pelo seu acesso, possa comprometer o “direito ou estratégia de defesa do arguido”.

Assim, e atento o teor dos documentos juntos, (que nem sequer constitui correspondência entre “arguido e seu defensor”), também aqui não se afigura de reconhecer razão às recorrentes.

— Quanto à omissão de listagem dos documentos.

É óbvio (e perfeitamente compreensível) que se deve elaborar um “auto de busca e apreensão” onde se discriminam os bens e circunstâncias do apreendido; (cfr., art. 163º, nº 2).

Todavia, não nos parece também que a omissão de tal formalidade seja cominada com qualquer nulidade insanável, afigurando-se-nos que constitui uma mera irregularidade processual, (neste sentido, cfr., P. Pinto de Albuquerque in “Comentário ao C.P.P.”, 2007, pág. 477), e que, assim, devia ser arguida nos termos do art. 110º do C.P.P.M..

— Por fim, quanto aos invocados prejuízos causados às recorrentes.

Pois bem, tanto quanto resulta da motivação e conclusões do

recurso, afigura-se-nos que os referidos prejuízos não se relacionam com a eventual defesa das mesmas, mas sim com (eventuais) “prejuízos comerciais” em consequência da (também eventual) falta de documentos para o seu normal desempenho e funcionamento.

Nesta conformidade, cabe dizer que os alegados prejuízos não constituem igualmente motivo para se proceder à revogação da decisão em causa, isto, sem embargo de, se assim for entendido, poderem as recorrentes reagir através do meio processual adequado.

Apreciados que nos parecem ficar todas as questões colocadas, resta decidir.

Decisão

4. Em face do exposto, em conferência, acordam negar provimento ao recurso.

Custas pelas recorrentes com taxa de justiça individual de 6 UCs.

Macau, aos 11 de Dezembro de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong